

O Senado e as sabatinas para direção das agências reguladoras

As agências reguladoras foram concebidas para funcionar como entidades de Estado e não de Governo. Semelhante aos tribunais. As diretorias colegiadas têm o dever de defender os interesses de longo prazo da população, não necessariamente coincidentes com os do governo de plantão. Os diretores têm mandato para que possam exercer a independência decisória sem risco de demissão. São predicados realmente necessários, como demonstra recente atuação ativa da Anvisa na defesa da boa técnica e do conhecimento científico.

Quando as agências reguladoras foram criadas na administração FHC, optou-se por mandatos desencontrados para os diretores com o objetivo de evitar que o colegiado fosse composto por indicados de um único Presidente da República. Ao longo dos anos aconteceram muitos atrasos nas indicações e atualmente há casos em que a vacância ocorre simultaneamente para diversos mandatos de diretor. É o que recentemente aconteceu com a ANA (Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico). No último dia 15, o Presidente indicou quatro candidatos de uma só vez para serem sabatinados pelo Senado.

Nesse caso, cabe à Comissão de Meio Ambiente efetuar a sabatina dos indicados para embasar recomendações ao plenário, que é quem tem a palavra final. Idealmente os senadores avaliariam a formação técnica e a experiência real de cada candidato na área de atuação da agência. Porém, nos últimos anos o vínculo político de cada candidato tem pesado mais do que a aptidão para a função. Isso se verifica tanto no processo de indicação pela Presidência quanto no de aprovação pelo Senado. Claro, há excelentes diretores que têm vínculo político e conhecem bem as questões regulatórias da agência para a qual foram indicados. Mas são exceções.

O caso da ANA oferece uma condição especial para que a Comissão do Senado, se quiser, aperfeiçoe os procedimentos. Como haverá renovação da quase totalidade da diretoria colegiada, será possível examinar a aptidão coletiva do colegiado, em adição à avaliação individual de cada candidato. Talvez organizando uma audiência pública, anterior à sessão formal de sabatina.

Essa audiência pública discutiria, por exemplo, a responsabilidade da ANA com o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto na Constituição, por meio do qual se deve cotejar as outorgas de uso dos rios por diversos setores (hidroeletricidade, irrigação abastecimento urbano, turismo, navegação, etc...) com a disponibilidade hídrica. Compatibilização que se faz não no abstrato e sim com base em estudos hidrológicos. Só assim se evita o que os economistas chamam de “tragédia do uso do bem comum”.

Um caso concreto: os reservatórios da bacia do rio São Francisco estiveram quase vazios nos últimos anos não apenas devido à seca, mas também às restrições hidráulicas impostas às usinas da CHESF. A ANA avaliou holisticamente as consequências do abrandamento das restrições e quantificou os usos consuntivos da água, principalmente para irrigação. Como resultado, contribuiu para evitar o racionamento energético

durante a recente crise hídrica e criou as condições para um cálculo mais preciso das garantias físicas das usinas hidroelétricas. Aliás, com possível efeito sobre a capitalização da Eletrobras. São temas de grande impacto nas relações comerciais intramuros do Setor Elétrico, porém com forte repercussão no cálculo tarifário, que afeta a todos.

Não estou sugerindo que cada candidato demonstre experiência comprovada em hidrologia, gestão de recursos hídricos, operação de reservatórios e irrigação. Mas estou sim sugerindo que ao menos um deles, e se possível mais de um, tenha conhecimento teórico e prático sobre esses temas.

Outro caso concreto: recentemente, com a aprovação do novo marco legal do saneamento (Lei 14.026/2020), a ANA passou a ter também a responsabilidade de dar diretrizes gerais para a regulação do setor. O objetivo é mitigar a “babel regulatória” que ocorre na escala municipal do saneamento, o que historicamente tem desestimulado a participação privada no setor. O novo marco valoriza a competição entre as prestadoras de serviço - públicas ou privadas – e já apresenta resultados promissores, como se viu nas licitações do Rio de Janeiro e Maceió, em que os vencedores se comprometeram a investir cerca de R\$ 30 bilhões para prover serviço de qualidade a mais de 12 milhões de habitantes, inclusive os mais carentes.

Tudo indica que o novo marco criou um ambiente favorável para investimentos em saneamento. Significa mais saúde para a população e menos poluição para o ambiente. Porém, esse otimismo depende da credibilidade da diretoria colegiada da ANA para decidir sobre regulação de serviço público de saneamento. No futuro imediato, cabe à ANA se posicionar a respeito de indenização de ativos, modelos de governança das agências locais e indicadores de eficiência da prestação dos serviços.

Novamente, não estou sugerindo que cada candidato demonstre experiência comprovada em abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos, drenagem, cálculo tarifário, economia e administração pública. Mas estou sim sugerindo que o colegiado tenha conhecimento teórico e prático sobre esses temas.

É razoável supor que todos os indicados para a diretoria colegiada de qualquer agência reguladora – não apenas da ANA - sejam bons profissionais em suas respectivas áreas de competência. Essa é uma condição necessária, mas não suficiente. O Senado tem a responsabilidade indelegável de avaliar a relevância do conhecimento de cada candidato para a boa atuação conjunta da diretoria colegiada.

Jerson Kelman é coordenador do Comitê de Saneamento da Academia Nacional de Engenharia. Foi o primeiro presidente da ANA (2001-2004) e o segundo diretor-geral da ANEEL (2005-2008)

Publicado no jornal Valor Econômico em 29/12/2021

Valor
uma publicação da Editora Globo S.A.
DIRETOR GERAL: Frederico Zingales-Kachar
DIRETORA DE REDAÇÃO: Maria Fernanda Delmon

Bolsonaro entra no ano eleitoral em má posição

O presidente Jair Bolsonaro chega ao ano final de seu mandato colhendo o que plantou: instituições desafiando diariamente decisões ilegais de seu governo, inquéritos para apurar fake news em que o mandatário está envolvido e queda de popularidade. A mais recente pesquisa Datafolha revela aspectos relevantes para um candidato à reeleição — 53% consideram o governo Bolsonaro ruim ou péssimo, 48% julgam que ele é o pior presidente que o país já teve e 60% afirmam que nunca confiarão no que ele diz.

O prestígio de Bolsonaro já começara a descer ladeira abaixo logo no início de seu governo, quando decidiu, ao lado de generais que presumiam entender de política, que não precisaria ter uma base de apoio no Congresso. Os legisladores aprovaram uma reforma já madurecida anteriormente, a da previdência, e barraram todas as pautas conservadoras com que Bolsonaro anima a minoria radical que o admira nas redes sociais. Veio a pandemia e houve mais entendimento entre governo e Congresso diante da catástrofe. Mesmo assim, o protagonista nunca foi do Planalto.

Bolsonaro fez — e ainda faz, 618 mil vítimas depois — tudo o que pode para impedir que medidas para combater a covid-19 fossem tomadas. Sua mais recente investida foi contra a vacinação das crianças. A magnitude do auxílio emergencial usada para amparar 66 milhões de pessoas que recentemente ficaram sem fonte de renda colocou no limbo os atos criminosos do presidente, enquanto governadores, prefeitos e serviços públicos de saúde se encarregaram de fazer o que precisava ser feito contra a pandemia.

O ápice das investidas do presidente contra as instituições ocorreu no 7 de Setembro, e logo depois, foi contido pelo Centrão, já de posse da Secretaria de Governo, da Casa Civil e do comando da Câmara dos Deputados. A aliança foi selada a base de emendas do relator em troca do afastamento da possibilidade de impeachment.

Quem achava que Bolsonaro com uma base parlamentar de apoio abriria a rota menos acidentada para as reformas teve logo de abandonar suas ilusões. As reformas foram deixadas de lado — em primeiro lugar pelo próprio presidente da República, que nunca viu sua necessidade. A reforma administrativa

foi um exemplo claro: Bolsonaro topou até mexer neste vespeiro, desde que os atuais funcionários ficassem fora dela.

O presidente escapou de consequências legais sérias porque, a seu modo, e com custos para a nação, montou uma rede de proteção com a Câmara, com a intenção — que só viu a pilha de 142 pedidos de impeachment crescer —, ele conta com a complacência da Procuradoria Geral da República, que o auxiliou a arquivar a Lava-Jato, com modificações na cúpula da Polícia Federal e, a partir de janeiro, com dois ministros indicados para o Supremo Tribunal Federal.

Bolsonaro terceirizou o orçamento para o Centrão, apenas requerendo privilégios para suas "bases", os militares e policiais. Do meio ambiente à saúde e educação, sua gestão oscilou entre a omissão deliberada, a política ideológica destrutiva, a defesa de interesses privados e, por fim, uma desumana incompetência. Os atos de governo são felizmente desfeitos dia após dia. O STF, por exemplo, mandou o Executivo recompor o Conama, devastado por Ricardo Salles, que eliminou na prática a participação da sociedade civil no órgão.

Mesmo com emendas de bilhões de dólares entregues aos partidos que o apoiam no Congresso, Bolsonaro é o presidente com a menor taxa de sucesso em três décadas. Em 2019, primeiro ano de administração, quando o governo deveria estar no auge de seu prestígio, foram aprovados apenas 30% dos projetos enviados ao Congresso. Na pandemia, foram 42,9% e neste ano, com emendas secretas e tudo, 29% (levantamento do Iesp).

A campanha eleitoral mal está começando e tudo ainda pode acontecer. O ponto de partida do presidente, porém, é muito desfavorável. Pesquisa Datafolha (13 a 16-12) mostrou que Bolsonaro perdeu diante de seu maior rival, o ex-presidente Lula, disparado à frente, apenas como presidente que mais pensa em Deus antes de tomar decisões e o que mais defende os ricos (56%). Ele terá de reconquistar 4 de cada 10 eleitores que o apoiaram em 2018 e bateram em retirada. O Auxílio Brasil deve ter efeitos a seu favor, mas nunca um incumbente esteve em situação tão ruim quando tentou a reeleição a um ano antes do pleito. E a capacidade de Bolsonaro se reventar é zero.



Diretores devem defender os interesses da população e não os do governo de plantão. Por Jerson Kelman

O Senado e as sabatinas para direção de agências reguladoras

As agências reguladoras foram concebidas para funcionar como entidades de Estado e não de Governo. Semelhante aos tribunais, as diretorias colegiadas têm o dever de defender os interesses de longo prazo da população, não necessariamente coincidentes com os do governo de plantão. Os diretores têm mandato para que possam exercer a independência decisória sem risco de demissão. São predicações realmente necessárias, como demonstra recente atuação ativa da Anvisa na defesa da boa técnica e do conhecimento científico.

Quando as agências reguladoras foram criadas na administração FHC, optou-se por mandatos desencontrados para os diretores com o objetivo de evitar que o colegiado fosse composto por indicados de um único presidente da República. Ao longo dos anos aconteceram muitos atrasos nas indicações e atualmente há casos em que a vacância ocorre simultaneamente para diversos mandatos de diretor. É o que recentemente aconteceu com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Cnama).

Um caso concreto: os reservatórios da bacia do rio São Francisco estiveram quase vazios nos últimos anos não apenas devido à seca, mas também às restrições hidráulicas impostas às usinas da região. A ANA avaliou holisticamente as consequências do abrandamento das restrições e quantificou os usos consuntivos da água, principalmente para irrigação. Como resultado, contribuiu para evitar o racionamento energético durante a recente crise hídrica e crises as condições para um cálculo mais preciso da atuação da agência. Porém, nos últimos anos o vínculo político de cada candidato tem pesado mais do que a aptidão para o processo de indicação tanto no Senado. Claro, há excelentes diretores que têm vínculo político e conhecem bem as questões regulatórias da agência para a qual foram indicados. Mas são exceções.

O caso da ANA oferece uma condição especial para que a Comissão do Senado, se quiser, aperfeiçoe os procedimentos. Como haverá renovação da quase totalidade da diretoria colegiada, será possível examinar a aptidão coletiva do colegiado, em adição à avaliação individual de cada candidato. Talvez organizando uma audiência pública, anterior à sessão formal de sabatina.

Essa audiência pública discutiria, por exemplo, a responsabilidade da ANA com o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, previsto na Constituição, por meio do qual se deve cotizar as outorgas de uso das águas por diversos setores (hidroeletricidade, irrigação, abastecimento urbano, turismo, navegação, etc.) com a disponibilidade hídrica. Compatibilização que se faz não no abstrato e sim com base em estudos hidrologia. Só assim se evita o que os economistas chamam de "tragédia do uso do bem comum".

Tudo indica que o novo marco criou um ambiente favorável para investimentos em saneamento. Significa mais saúde para a população e menos poluição para o ambiente. Porém, esse otimismo depende da credibilidade da diretoria colegiada da ANA para decidir sobre regulação de serviço público de saneamento. No futuro imediato, cabe à ANA se posicionar a respeito de indicação de ativos, modelos de governança das agências locais e indicadores de eficiência da prestação dos serviços.

Novamente, não estou sugerindo que cada candidato demonstre experiência comprovada em abastecimento de água, tratamento de esgoto, destinação de resíduos sólidos, drenagem, cálculo tarifário, economia e administração pública. Mas estou sim sugerindo que o colegiado tenha conhecimento teórico e prático sobre esses temas. É razoável supor que todos os indicados para a diretoria colegiada de qualquer agência reguladora — não apenas da ANA — sejam bons profissionais em suas respectivas áreas de competência. Essa é uma condição necessária, mas não suficiente. O Senado tem a responsabilidade indelegável de avaliar a relevância do conhecimento de cada candidato para a boa atuação conjunta da diretoria colegiada.

Jerson Kelman é coordenador do Comitê de Saneamento da Academia Nacional de Engenharia. Foi o primeiro presidente da ANA (2001-2004) e o segundo diretor-geral da Anel (2005-2008).

Table listing editorial staff members and their contact information, including names like Daniela Chizzotti, Alexandre Lacerda, and various editors for different sections.

Valor P/B | Diretor de Notícias Digitais: Tarciso J. B. de Assis Jr.
Valor Econômico: Rua 9 de Julho, 520 - Jardim Paulista - CEP 05407-907 - São Paulo, SP - Telefone: 011 3137-3300
Departamento de Publicidade: Rua 9 de Julho, 520 - Jardim Paulista - CEP 05407-907 - São Paulo, SP - Telefone: 011 3137-3300
Legal SP: 011 3137-3300
Secundária de Brasília: SCL Quilha 05 Bixo A D - Brasília Shopping - Torre Sul - sala 301 - 3º andar - Asa Norte - Brasília - DF - CEP 70715-900
Instituição: Nelson Elton
BAC/UFPA e Região Norte
CNPQ (CNPQ) e Região Sul
Representação: São Paulo (011 3137-3300)
Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelo canal: Call center: 0800 703888 - whatsapp e telegram: (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldosubscritores.com.br
Para assinaturas corporativas e-mail: corporativo@valor.com.br
Atente: assinante que quiser a renovação de entrega de seu jornal deve fazer uma pré-aviso verbal de 45 dias de antecedência.
Preço de assinatura anual em dinheiro + digital para os meios: SP, RJ, DF: R\$ 143,00 ou R\$ 129,00 mensais. Demais localidades, consultar o atendimento ao assinante: Tel: 0800 703 8888 - Cargo Tributário: aproximado: 16,6%.

